

## CARTA DO PRESBITÉRIO DE FLORESTA EM SOLIDARIEDADE AOS BISPOS E AO POVO DE DEUS

06 de agosto de 2020.  
Festa da Transfiguração do Senhor

*A vós, graça e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo (Ef 1,2).*

Este é o desejo de um grupo de bispos que vem refletindo sobre a missão da Igreja, “interpelados pela gravidade do momento em que vivemos”: que Deus traga a paz para o Brasil e o mundo, e que o povo de Deus tenha a graça de cumprir sua missão de Evangelizar, que é “tornar o Reino de Deus presente no mundo” (Alegria do Evangelho, 176).

Nós, presbíteros da Diocese de Floresta-PE, nos solidarizamos com estes bispos, que conscientes da nossa missão e compromisso com Deus, com o nosso povo e com a Igreja. É à luz do Evangelho que também nós “nos posicionamos frente à realidade atual do Brasil”, em vista e para a “construção de uma sociedade estruturalmente justa, fraterna e solidária, como uma civilização do amor”.

Estamos atravessando “um dos períodos mais difíceis” da história do Brasil: crise na saúde, crise na educação, na política, ética e ecológica. Além de a pandemia do Coronavírus ter ceifado muitas vidas e ter-nos obrigados ao isolamento e, com esforço criativo que vem de Deus, encontrar outros modos de solidariedade e de (con)vivência comunitária, o COVID-19 foi um rasgão nas cortinas que escondiam uma realidade de indiferença, de privilégios e violência silenciados. “A combinação de uma crise de saúde sem precedentes, com um avassalador colapso da economia e com a tensão que se abate sobre os fundamentos da República” é a triste constatação dos bispos que assinam a Carta ao Povo de Deus a que nos referimos.

Nesta “sociedade estruturalmente desigual, injusta e violenta”, a flexibilização dos direitos trabalhistas com a “reforma” da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a insegurança social e desamparo, conseqüente da “reforma” da Previdência, a instabilidade social, fruto da privatização dos bens/recursos públicos, da potencialização das empresas privadas, da falta de recursos para pequenos empreendedores e para a agricultura familiar, desvelam os projetos político-sociais dos três poderes (legislativo, administrativo e judiciário). “As reformas trabalhista e previdenciária, tidas como para melhorarem a vida dos mais pobres, mostraram-se como armadilhas que precarizaram ainda mais a vida do povo... cujos resultados pioraram a vida dos pobres, desprotegeram vulneráveis, liberaram o uso de agrotóxicos antes proibidos, afrouxaram o controle de desmatamentos” A “ação inescrupulosa de madeireiros, garimpeiros, mineradores, latifundiários e outros defensores de um desenvolvimento que despreza os direitos humanos e os da mãe terra” vai afetando a vida dos mais pobres, tirando-lhes os recursos naturais e as condições de sua sobrevivência. “É insustentável uma economia que privilegia o monopólio de pequenos grupos poderosos em detrimento da grande maioria da população.”

E qual é a situação da nossa região que compõe o território da diocese? Seria muito diferente da realidade nacional?

Privatização das águas - As margens do São Francisco não são praticamente acessíveis para os pescadores tradicionais. A proposta de lei para passar para empresas privadas a responsabilidade com o sistema de abastecimento e esgoto, justifica e isenta a administração municipal que não fez. A perspectiva de construção de uma usina nuclear em Itacuruba que irá fechar uma grande área por motivos de segurança pública.

Poluição – As águas do Rio São Francisco continuam sendo poluídas pelos esgotos e pelos agrotóxicos usados. Apesar das *commodities*, não se escuta falar em projetos de revitalização do Rio São Francisco, nem da caatinga depois do rasgão feito pelo canal da transposição e transnordestina.

Mineração – Novos projetos de mineração estão sendo implantados em Floresta sem pensar em recuperar as áreas onde morros foram derrubados para a fabricação de brita (ex.: km 50 da PE 180 Floresta-Ibimirim, ou da Floresta-Petrolândia)

Faltam projetos de apoio aos pequenos agricultores e criadores, ou às associações e pequenas empresas, mas tem-se recursos para grandes empresas. Falta coragem e responsabilidade em fazer que os Conselhos Municipais Paritários funcionem como instrumentos de participação e controle nas decisões políticas sobre a administração das coisas públicas, assim como sobre as decisões relacionadas aos megaprojetos (usinas e mineração).

Queremos poder agir, como cristão para combater, evitar ou superar “o caos socioeconômico que se avizinha, com o desemprego e a carestia que são projetados para os próximos meses”. Para isso pedimos que todas as nossas paróquias se unam nesta obra social de defesa da humanidade, especialmente os marginalizados.

Pedimos que todas as Pastorais das nossas paróquias (da catequese às Pastorais sociais), que todos os movimentos eclesiais da diocese e todos os fiéis assumam o “recente ‘Pacto pela vida e pelo Brasil’, da CNBB e entidades da sociedade civil brasileira, e em sintonia com o Papa Francisco, que convoca a humanidade para pensar um novo ‘Pacto Educativo Global’ e a nova ‘Economia de Francisco e Clara’”, busquem “novas e urgentes alternativas para o Brasil”.

Pedimos que todos os homens e mulheres e organizações sociais se unam neste esforço de construção do Reino de Deus nesta terra que o Criador nos deu para ser mãe que gera vida e não abortos, que alimenta todos os seus filhos, dos homens e mulheres de qualquer posição social, até ao menor bicho bruto que precisa de água e alimento e um espaço tranquilo para descansar e se reproduzir.

Pedimos que as pessoas com mais poder aquisitivo possam limitar seu consumo e se responsabilizem com os que menos podem, não somente com doações, que revelam um coração generoso, mas também com apoio a projetos econômicos de justiça, com a devolução social de parte de sua receita, com o uso de seu potencial para forçar os políticos e os administradores da “coisa pública” para a criação de leis e de projetos sociais que apoiem principalmente a população mais carente e “uma economia que vise ao bem comum, com justiça socioambiental, com “terra, teto e trabalho”, com alegria e proteção da família, com educação e saúde integrais e de qualidade para todos”.

Pedimos ajuda a todas as pessoas que lidam com Lei, jurisprudência e Direitos (vereadores, deputados, juízes e defensores públicos) para que lutem para a proteção legal dos ecossistemas naturais e do meio ambiente a fim de que sejam reconhecidos os Direitos da Mãe Terra Que nova legislação garante à Terra e ao Rio São Francisco condição como sujeitos de direito. Que cobrem a fiscalização do licenciamento para empreendimentos e minuciosa avaliação dos riscos ecológicos e ambientais que podem ferir ou ameaçar a vida (ambiente, seres humanos e outros seres vivos), como também o reconhecimento do direito de consulta popular e sua efetiva realização, além da transparência das informações e dos gastos públicos. Que encaminhem para a criação de leis que garantam a função social da propriedade e a taxação sobre os bens de luxo.

“O momento é de unidade no respeito à pluralidade!” De união na defesa dos indefesos e sem voz nem vez.

Confiantes que tem muitas pessoas de boa vontade e bom coração, pedimos a Deus que nos abençoe para saber superar os conflitos que podem nascer pelas nossas diferenças, que devem ser consideradas uma riqueza pela qual Deus embeleza a vida e este mundo.

*O Senhor nos abençoe e nos guarde. Ele nos mostre a sua face e se compadeça de nós.  
O Senhor volte para nós o seu olhar e nos dê a sua paz! (Nm 6,24-26).*

Assinam os presbíteros da Diocese de Floresta que fazem próprias as palavras dos bispos do Brasil que escreveram a Carta ao Povo de Deus cujos trechos citamos entre aspas nesta carta.

João Deoclécio da Silva, Gerson Bastos Filho, Roberto Luciano Tenório do Amaral, Luciano Pereira Aguiar, Luiz Augusto dos Santos, Alberto Reani, Giorgio Botta, Edycarlos da Silva, Tiago Milán Macias, Adriano Carvalho, Diácono Samuel Félix Duarte Júnior, José Marcos da Silva, Felice Tenero, Antonio Miglio, Roberto da Silva, Diácono Bruno Câmara, Diácono Francisco Elânio Almeida Fernandes, Gabriel Belo Cavalcante, Francisco Leiva Neves Carvalho, Máximo Bonino.